

Duas políticas do Governo Itamar

PAULO R. HADDAD

10 AGO 1993

JORNAL DA TARDE



O GOVERNO ITAMAR FRANCO VEM OSCILANDO ENTRE DOIS ESTILOS DIVERSOS DE POLÍTICA ECONÔMICA DESDE O PRIMEIRO MOMENTO.

Daqui a sessenta dias, o Presidente Itamar Franco deverá celebrar o primeiro ano desde que assumiu o poder, após o impedimento político do Presidente Collor. Há um grande risco de que, naquela data, a taxa mensal de inflação possa estar em torno de 33% e, portanto, quase oito pontos acima da última taxa da Administração anterior.

Os motivos que podem empurrar a inflação para este patamar são múltiplos: a entressafra de produtos agropecuários, os efeitos diretos e indiretos da nova política salarial, a implantação do IPMF e, principalmente, as incertezas sobre o futuro da política econômica oficial.

Corre-se o risco também de que, nos próximos meses, venha a se caracterizar uma desaceleração da expansão econômica que se observa desde novembro do ano passado. Esta desaceleração poderá se dar justamente por causa dos efeitos avassaladores de uma elevada taxa de inflação que continua a subir e do clima de insegurança sobre as perspectivas da economia brasileira ao longo do segundo semestre deste ano.

Na verdade, o principal problema que se apresenta para o governo Itamar Franco, após dez meses no poder, é o de não ter tido a capacidade política de consolidar uma política econômica de redução persistente das taxas de inflação e de retomada do crescimento econômico em bases sustentáveis. De fato, o governo Itamar Franco vem oscilando entre dois estilos diversos de política econômica, desde o primeiro momento de sua gestão.

De um lado, um estilo de política econômica, que vem sendo sistematicamente proposto pelos seus diferentes Ministros da Fazenda, que se caracteriza pela busca de objetivos a serem atingidos em duas etapas para combater a inflação e retomar o crescimento.

Na primeira etapa, as medidas atingem essencialmente a reestruturação fiscal e financeira do próprio setor público: cortes nos gastos públicos; combate à sonegação; equacionamento dos mega-passivos internos e externos; avanço da privatização do setor produtivo estatal; controle do sistema de bancos oficiais, etc. Na segunda etapa, está a busca de caminhos menos convencionais ou de âncoras nominais para provocar uma queda mais rápida nas taxas de inflação através de soluções pactuadas, tendo como base de apoio o capital de credibilidade a ser acumulado na primeira etapa, a fim de dar um ataque frontal aos sistemas formais e informais de indexação que inercializam a inflação brasileira.

Do outro lado, um estilo alternativo de política econômica que defende medidas que, em certo sentido, se confrontam com as do primeiro estilo: o combate à inflação através da aceleração do crescimento eco-

nômico; o uso das tarifas públicas com objetivos predominantemente distributivos; um grau maior de intervenção governamental sobre o sistema financeira privado e sobre os setores oligopolizados da economia brasileira; a busca de resultados mais rápidos em termos da queda da inflação através de políticas de rendas e de soluções extra-mercado; a indexação mensal plena dos ajustes nominais de salários para aumentar a participação dos trabalhadores na renda nacional; a multiplicação dos gastos e subsídios públicos em políticas sociais compensatórias; etc.

E qual das políticas tem prevalecido? Depende das circunstâncias conjunturais de cada contexto político e econômico. Nos momentos em que predominam o perigo de algum descontrole inflacionário (o risco de se passar da inflação crônica para a hiperinflação), o peso da influência das instituições multilaterais de financiamento ou a pressão das organizações em-

presariais que necessitam de regras estáveis para o seu funcionamento, prevalecem os critérios e as diretrizes da Política Econômica Número 1. Nos momentos em que a crise social mostra a sua face mais dramática, a mobilização sindical se intensifica ou os grupos mais à esquerda de sustentação do governo do Congresso se articulam programaticamente, prevalecem as diretrizes ideológicas da Política Econômica Número 2. E daí? Qual o mal de um governo de coalizão partidária multifacetada ideologicamente mostrar sensibilidade para os diferentes pleitos vindo ora do lado das políticas econômicas mais "convencionais" e ora das políticas econômicas mais "abrangentes"?

O problema central é a de que, neste contexto, não se cria o clima indispensável para a estabilização econômica no País, enquanto o atual governo não demonstrar que dispõe de um elenco de medidas consistentes e referências permanentes para as suas ações até o fim de seu mandato. Estamos numa economia de inflação crônica na qual os seus agentes reagem com extrema sensibilidade ao jogo de decisões políticas que oscilam entre duas agendas contraditórias no curto prazo, uma vez que vêm aprendendo lições dramáticas com a execução mal sucedida de cinco programas heterodoxos de estabilização econômica, assim como com outros tantos sob o prisma mais ortodoxo, ao longo dos últimos treze anos.

O AUTOR

Paulo Haddad
é ex-ministro
da Fazenda
e do
Planejamento

